



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

Carta Precatória Cível 0024333-66.2015.5.24.0076

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 26/06/2015

Valor da causa: R\$ 3.639,33

Partes:

DEPRECANTE: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL

ADVOGADO: Márcia Gomes Vilela

DEPRECADO: FRANCISCO FLORENTINO DA SILVA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE JARDIM

CartPrecCiv 0024333-66.2015.5.24.0076

DEPRECANTE: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL
DEPRECADO: FRANCISCO FLORENTINO DA SILVA

EDITAL DE LEILÃO

A **Dra. DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA**, Juíza Substituta da Vara do Trabalho de Jardim, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER E TORNA PÚBLICO que se realizará **LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO**, da Vara do Trabalho de Jardim, com início do primeiro leilão a partir da publicação deste edital e encerramento previsto para o **dia 28/04/2021, até as 09h00**, e, caso necessário, segundo leilão com início imediato ao término do primeiro e encerramento previsto para o mesmo dia **às 09h30 (horário MS)**.

Terá como **leiloeira** a **Sra. REGINA AUDE LEITE DE ARAUJO SILVA**, e será realizado pelo site www.reginaaudeleiloes.com.br, do bem abaixo relacionado, objeto da penhora no processo em referência:

BEM:

Fração ideal de 4 ha, do imóvel denominado Fazenda Boa Sorte, com área total de 1.550 ha (mil, quinhentos e cinquenta hectares), localizada no Município de Bonito, com os limites e confrontações delineados na **Matrícula n.º 3.413**, do Registro de Imóveis da Comarca de Bonito.

Gravames: Não havia gravames registrados até a data da constrição

Data da avaliação: 03/09/2015. **Penhora** de ID 134b159.

Depositário: REGINALDO DA SILVA MAIA - CPF: 035.030.708-34, residente na Rua Coronel José Venâncio Dias, 110 - Jaragua, São Paulo/SP, CEP: 05160-030 .

Avaliação do bem: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o hectare, totalizando, a **fração penhorada, R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais).

Quem pretender arrematar ou adjudicar, deverá estar ciente de que:

1) Para o primeiro leilão deverá ser observado lance mínimo de 100% do valor da avaliação. Para o segundo leilão deverá ser observado o preço mínimo de 60% para bens imóveis e 50% para móveis e semoventes.

2) DOS LANCES PELA INTERNET: Para ofertar lances pela internet os interessados deverão efetuar cadastro prévio, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na data designada para a realização da praça e leilão, respectivamente, por intermédio do sítio ***www.reginaaudeleiloes.com.br***, para fins de lavratura do termo próprio.

3) Nos termos do art. 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, art. 908, §1º do CPC, art. 1.430 CCB e artigo 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, **o(a) arrematante receberá o bem livre de quaisquer ônus tributários**, inclusive débitos de IPTU e IPVA, uma vez que se sub-rogará no preço da venda.

4) Também **não será transferido** ao arrematante eventual **ônus relativo à hipoteca** sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil.

5) As **despesas de transferência** do bem penhorado, que não se enquadrem nas previsões antecedentes, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência junto a órgão de trânsito, ITBI, entre outras, **correrão por conta do arrematante**. Da mesma forma, eventuais **despesas decorrentes da remoção** dos bens correrão por conta e risco do lançador, assim como **despesas condominiais**.

6) À arrematação e adjudicação aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei n.º 5.584, de 22.06.70, da Lei n.º 6.830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a omissão, compatibilidade e utilidade à execução.

7) No caso de arrematação, será devida comissão ao Leiloeiro, **no importe de 5%** (cinco por cento) sobre o lance vencedor, e será paga pelo arrematante juntamente com o sinal de que trata o art. 888, § 2º da CLT, salvo concessão do Leiloeiro. Não será comissão ao leiloeiro em caso de anulação da arrematação ou resultado negativo do leilão, devendo referido valor ser devolvido pelo leiloeiro em até 10 dias depois de recebida comunicação do juízo da execução.

8) Será devida **indenização de 2%** (dois por cento) ao leiloeiro, para ressarcimento das despesas realizadas, a cargo do executado, calculada sobre o valor da dívida ou da avaliação, o que for menor, se ocorrer transação ou remição da dívida, se essa ocorrência se der após a publicação do edital, desde que o leiloeiro tenha providenciado a ampla divulgação do ato. A homologação de eventual acordo estará condicionada a apresentação com a respectiva petição de pagamento dessa indenização, além das custas e outras despesas processuais.

9) O arrematante deve garantir seu lance mediante depósito do sinal de 20% (vinte por cento) do respectivo valor, complementando-o em 24 horas, sob pena de perdê-lo em favor da execução. É facultado ao arrematante parcelar o valor da arrematação nos termos do art. 166, §1º, do Provimento Geral Consolidado do E. TRT da 24ª Região, podendo ser solicitado no ato da arrematação e posteriormente analisado o pedido pelo Juízo, levando-se em consideração a peculiaridade de cada caso.

10) O bem será leilado no estado que se encontra, competindo ao lançador verificar essa condição, não se admitindo arrependimento por esse motivo, nem sendo de responsabilidade da União/Justiça do Trabalho consertos, reparos, ou providência para entrega/retirada, embalagem e transporte. Eventual fotografia que ilustra o bem não importa necessariamente seu estado atual de conservação.

E, para que chegue a conhecimento do(s) executado(s) FRANCISCO FLORENTINO DA SILVA, do(s) exequente(s), do(a) depositário(a) e demais interessados, mandei expedir o presente Edital, que será levado a público pelo Diário Oficial Eletrônico do E. TRT da 24ª Região e ainda afixado em local costumeiro neste Foro Trabalhista.

Observação: Caso as partes e o fiel depositário não sejam encontrados nos endereços constantes dos autos, desde já ficam intimadas da designação supra (Provimento Geral Consolidado, art. 161, § 2º).

(assinado digitalmente)

DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
JUÍZA DO TRABALHO

JARDIM/MS, 19 de janeiro de 2021.

DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
Magistrado



Assinado eletronicamente por: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA - Juntado em: 19/01/2021 21:25:27 - 4d0737b
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/21011911212533900000017438974?instancia=1>
Número do processo: 0024333-66.2015.5.24.0076
Número do documento: 21011911212533900000017438974



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
Vara do Trabalho de Jardim
CartPrecCiv 0024333-66.2015.5.24.0076
DEPRECANTE: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL

DEPRECADO: FRANCISCO FLORENTINO DA SILVA

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista a manifestação da leiloeira, inclua-se o feito na pauta de Leilões eletrônicos do dia 28/04/2021 para a realização do **1º Leilão até às 09:00** e **2º Leilão às 09:30** (horário MS).

Expeçam-se os edital e intimações de praxe.

Oficie-se ao juízo deprecante, para ciência das partes, e intime-se leiloeira com cópia do edital.

JARDIM/MS, 19 de janeiro de 2021.

DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA
Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: DANIELA ROCHA RODRIGUES PERUCA - Juntado em: 19/01/2021 09:32:52 - d274078
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/21011908285540500000017437081?instancia=1>
Número do processo: 0024333-66.2015.5.24.0076
Número do documento: 21011908285540500000017437081